

SUMÁRIO

Apresentação	33
---------------------------	----

PARTE I – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Capítulo I – CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Definição de “direito administrativo”	39
2. A evolução histórica do direito administrativo	41
3. Direito administrativo moderno	45
4. Conceito de “função”	46
4.1 <i>Tripartição de funções</i>	47
4.2 <i>A função política ou de governo</i>	48
5. Autonomia do direito administrativo	49
5.1 <i>Conteúdo do regime jurídico administrativo</i>	49
5.1.1 <i>A supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 50: 5.1.1.1 Consequências da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 53</i>	
6. Fontes do direito administrativo	
6.1 <i>Conceito de “fontes”</i>	54
6.2 <i>O Poder Legislativo</i>	55
6.2.1 <i>A lei</i>	55

6.3 O Poder Executivo	61
6.4 O Poder Judiciário	63
6.4.1 A jurisprudência	63
6.5 A sociedade	65
6.5.1 O costume, 65: 6.5.1.1 Espécies de costume, 66	
6.6 Grupos intermédios e indivíduo	67
6.6.1 Autonomia privada	68
6.7 Doutrina	68

Capítulo II – REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

1. Normas, princípios e regras jurídicas	69
2. Princípio da legalidade	71
3. Princípio da impessoalidade	73
4. Princípio da moralidade	75
5. Princípio da publicidade	77
6. Princípio da eficiência	80
7. Outros princípios constitucionais da Administração Pública	82
7.1 Princípio da igualdade	82
7.2 Princípio da motivação	83
7.2.1 Fundamento	84
7.2.2 Fim	84
7.2.3 Momento	84
7.2.4 Atos que devem ser motivados	85
7.2.5 Espécies de motivação	85
7.2.6 Requisitos da motivação	86
7.2.7 Consequências da falta de motivação	86
7.3 Princípio da finalidade	86
7.4 Princípio da razoabilidade	87
7.4.1 Campo de aplicação	87

7.4.2 Finalidade	88
7.4.3 Critério de aferição	88
7.5 Princípio da proporcionalidade	89
7.6 Princípios do devido processo legal e da ampla defesa	91
7.7 Princípio do controle judicial dos atos administrativos	91
7.8 Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos	92
7.9 Princípio da segurança jurídica	93

PARTE II – SUJEITOS DAS RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS

Capítulo III – A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. Considerações gerais	99
2. Ente	99
3. Órgão	102
3.1 Elementos do órgão	103
3.1.1 Competências públicas	103
3.2 Classificação dos órgãos	
3.2.1 Quanto à estrutura	104
3.2.2 Quanto às funções	106
3.3 Relações entre órgãos	108
3.3.1 Relações de competências alternadas, 108: 3.3.1.1 Su- plência ou substituição, 109; 3.3.1.2 Prorrogação de competência, 109; 3.3.1.3 Delegação de competência, 110; 3.3.1.4 Avocação de competência, 110; 3.3.1.5 Deferimento de competência, 111	
3.3.2 Relações de competências interdependentes	111
3.3.3 Relações de conflitos de competências	112
3.3.4 Ordenação das relações entre os órgãos, 112: 3.3.4.1 Relações de ordenação extrínseca, 112; 3.3.4.2 Rela- ções de ordenação intrínseca, 113; (A) Relações de	

ordenação intrínseca de controle, 113; (B) Relações de ordenação intrínseca de hierarquia, 114

4. Desconcentração e descentralização	116
5. Organização administrativa da União: Administração direta e Administração indireta	
5.1 Administração direta	118
5.2 Administração indireta	119
5.2.1 Autarquias: 5.2.1.1 Conceito, 119; 5.2.1.2 Regime jurídico, 122: (A) Relações com a pessoa que as criou: (A.1) Criação e extinção, 122; (A.2) O controle, 123; (A.2.1) <i>Objetivos do controle</i> , 124; (A.2.2) <i>Tipos de controle (a) Pelo Executivo</i> , 125; (b) <i>Pelo Tribunal de Contas</i> , 125; (c) <i>Pelo cidadão</i> , 125; (B) Relações com terceiros, 126; (B.1) Atos e contratos, 126; (B.2) Responsabilidade direta das autarquias e subsidiária do Estado, 126; (B.3) Bens autárquicos: impossibilidade de execução sobre eles, 127; (B.4) Privilégios das autarquias, 128; (C) Relações internas, 128; (C.1) Regime de pessoal, 128	
5.2.2 <i>Fundações públicas</i> , 129: 5.2.2.1 Natureza das fundações públicas, 130; 5.2.2.2 Regime jurídico, 132	
5.2.3 <i>Agências executivas</i>	133
5.2.4 <i>Empresas estatais</i> , 134; 5.2.4.1 Empresa pública. Conceito, 134; 5.2.4.2 Sociedade de economia mista, 135; 5.2.4.3 As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 136; 5.2.4.4 Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: consequências, 138; 5.2.4.5 Critério para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 138; 5.2.4.6 Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 139; 5.2.4.7 A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de direito privado, 139; 5.2.4.8 O regime jurídico das empresas estatais (empresa pública e sociedade de economia mista), 140: (A) Relações com a pessoa que as criou: (A.1) Criação por lei (art. 37,	

	XIX, da CF), 140; (A.2) Extinção por lei, 141; (A.3) Controle, 143; (B) Relações com terceiros, 144; (C) Relações internas, 145	
5.2.5	<i>Consórcio público</i>	146

Capítulo IV – NOVAS FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO

1.	<i>Agências reguladoras</i>	150
1.1	<i>Condicionantes históricos e fundamentos jurídicos que estimularam o surgimento das agências reguladoras</i>	151
1.2	<i>Crítica a este posicionamento</i>	153
1.3	<i>Agências reguladoras no Direito Norte-Americano</i>	154
1.4	<i>As agências reguladoras no Brasil</i>	159
1.4.1	<i>Papel das agências reguladoras</i>	159
1.4.2	<i>Características das agências reguladoras</i>	169
1.4.3	<i>Controle das agências reguladoras</i>	172
2.	<i>Organizações sociais</i>	
2.1	<i>Introdução</i>	174
2.2	<i>Dos requisitos que devem ser preenchidos pela pessoa jurídica privada</i>	177
2.3	<i>Efeitos jurídicos da qualidade de organização social</i>	184
2.4	<i>Do regime jurídico do contrato de gestão</i>	187
2.4.1	<i>Pressupostos e elementos do contrato de gestão</i>	188
2.4.2	<i>Da execução e fiscalização do contrato de gestão</i>	191
2.4.3	<i>A extinção do contrato</i>	195
2.5	<i>A desqualificação da entidade como organização social</i>	195
3.	<i>Organização da Sociedade Civil de Interesse Público/OSCIP</i>	
3.1	<i>Considerações gerais</i>	203
3.2	<i>Entidades que podem se qualificar como OSCIPs</i>	203
3.3	<i>Entidades que não podem se qualificar como OSCIPs</i>	204
3.4	<i>Do estatuto das OSCIPs</i>	204

3.5 Do pedido de qualificação como OSCIP	207
3.6 Da perda da qualificação (arts. 7º e 8º)	208
3.7 Do termo de parceria	209

Capítulo V – AGENTES PÚBLICOS

1. Considerações gerais	211
2. Agentes públicos	211
3. Agentes políticos	212
4. Servidores estatais	214
4.1 Servidor público	214
4.2 Servidores das pessoas governamentais de direito privado (empres pública e sociedade de economia mista)	216
4.3 Particulares em colaboração com a Administração	216
5. Cargos	219
5.1 Classificação dos cargos	219
5.2 Criação, transformação e extinção de cargos	221
5.3 Provimento de cargos	222
5.3.1 Forma do provimento	222
5.3.2 Espécies de provimento, 222: 5.3.2.1 Provimento ini- cial, autônomo ou originário, 222; 5.3.2.2 Provimen- tos derivados, 224: (A) Espécies: (A.1) Derivado vertical (promoção), 224; (A.2) Derivado horizontal (readaptação), 224; (A.3) Derivado por reingresso, 224; (A.4) Reversão, 224; (A.5) Aproveitamento, 225; (A.6) Reintegração, 225; (A.7) Recondução, 225; (B) Desinvestidura de cargo ou emprego públi- co, 225	
6. Empregos públicos	226
7. Função pública	227
8. Das normas constitucionais dos agentes públicos	228

<i>8.1 Normas de contenção de despesas com os servidores estatais</i>	
8.1.1 <i>Limite global de despesas com pessoal</i>	229
8.1.2 <i>Previsão orçamentária e autorização orçamentária</i>	229
8.1.3 <i>Proibição de transferência de recursos e concessão de empréstimos para pagamento de despesas com pessoal</i>	230
<i>8.2 Normas relativas à remuneração dos servidores</i>	
8.2.1 <i>Criação de remuneração por subsídio</i>	230
8.2.2 <i>Limite de remuneração</i>	231
8.2.3 <i>Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário (art. 37, XII, da CF)</i>	232
8.2.4 <i>Proibição de vinculação de vencimentos (art. 37, XIII, da CF)</i>	233
8.2.5 <i>Cálculo de acréscimos pecuniários (art. 37, XIV, da CF)</i>	233
8.2.6 <i>Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração de servidores públicos (art. 37, X, da CF)</i>	233
8.2.7 <i>Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração (art. 37, X, da CF)</i>	234
8.2.8 <i>Irredutibilidade de vencimentos (arts. 37, XV, e 7º, VI, da CF)</i>	234
<i>8.3 Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)</i>	
8.3.1 <i>Princípio da ampla acessibilidade aos cargos e empregos</i>	234
8.3.2 <i>Princípio da acessibilidade por concurso público</i>	235
8.3.3 <i>Direito de greve e de sindicalização</i>	242
8.3.4 <i>Proibição de acumulação remunerada</i>	244
<i>8.4 Normas específicas do regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos</i>	

- 8.4.1 *Estabilidade*: 8.4.1.1 Conceito (positivo), 245; 8.4.1.2 Conceito (negativo), 246; 8.4.1.3 Servidores vitalícios, 247
- 8.4.2 *A disponibilidade. Conceito* 247
- 8.4.3 *Direitos e vantagens dos servidores estatutários*: 8.4.3.1 De ordem pecuniária: (A) Subsídios, 248; (B) Vencimentos, 249; (C) Vantagens pecuniárias, 249; (D) As indenizações, 250; (E) As gratificações, 251; (F) Os adicionais, 252; 8.4.3.2 Direitos de ausência ao serviço, 252: (A) Férias, 253; (B) Licenças, 253; (C) Afastamentos, 255; (C.1) Do afastamento para servir a outro órgão ou entidade, 255; (C.2) Do afastamento para exercício de mandato eletivo, 256; (C.3) Do afastamento para estudo ou missão no exterior, 256; (C.4) Do afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no País, 256; (C.5) Das concessões, 257; 8.4.3.3 Benefícios previdenciários: (A) Aposentadoria, 257; (A.1) Invalidez permanente do servidor motivada por acidente ou moléstia, 257; (A.2) Voluntária, 258; (A.3) Compulsória por ter atingido o limite de idade, 258; (B) Pensão, 258; (C) Auxílio-funeral, 259; (D) Auxílio-reclusão, 259
- 8.4.4 *Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários*: 8.4.4.1 Deveres, 259; 8.4.4.2 Responsabilidades. Imposição de sanções por conduta faltosa, 260: (A) Prescrição, 260; (B) Procedimento apuratório: (B.1) Sindicância, 261; (B.2) Processo administrativo, 261; (C) Efeito da sindicância e do processo administrativo, 263; (D) Revisão da decisão, 263

PARTE III – MODOS DE FORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS

Capítulo VI – REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

1. *Poder regulamentar ou competência regulamentar* 267
2. *Espécies de regulamentos*

2.1 Regulamento de execução	268
2.1.1 Limites do regulamento executivo	269
2.2 Regulamento autônomo ou independente	269
2.2.1 Limites do regulamento autônomo	269
2.3 Regulamento delegado	270
2.3.1 Limites do regulamento delegado	270
2.4 Regulamento de necessidade ou de urgência	270
2.4.1 Limites do regulamento de necessidade ou de urgência	271
2.5 Regulamento de complementação	271
2.5.1 Limites do regulamento de complementação	271
2.6 Espécies de regulamento existentes no ordenamento jurídico brasileiro	272
2.7 Meio de veiculação do regulamento	273
2.8 Autoridade competente para editar regulamentos	273
2.9 Controle de constitucionalidade dos regulamentos	274
2.10 Outras normas editadas	274

Capítulo VII – PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. Terminologia	275
2. Conceito de “processo administrativo”	276
3. Diferenciação entre processo administrativo e ato complexo	277
4. Requisitos do processo administrativo	278
5. Objetivos do processo administrativo	278
6. Obrigatoriedade da adoção de processo administrativo formalizado	279
7. Princípios do processo	
7.1 Princípio do devido processo legal	280
7.2 Princípio da audiência do interessado	280
7.3 Princípio da acessibilidade aos elementos do expediente	281

7.4	<i>Princípio da ampla instrução probatória</i>	281
7.5	<i>Princípio da motivação</i>	281
7.6	<i>Princípio da revisibilidade</i>	282
7.7	<i>Princípio de ser representado e assistido</i>	282
7.8	<i>Princípio da lealdade e boa-fé</i>	283
7.9	<i>Princípio da verdade material</i>	284
7.10	<i>Princípio da oficialidade</i>	284
7.11	<i>Princípio da gratuidade</i>	285
7.12	<i>Princípio do informalismo</i>	285
8.	<i>Fases do processo</i>	286
8.1	<i>Fase propulsória ou de iniciativa</i>	286
8.2	<i>Fase instrutória</i>	287
8.3	<i>Fase dispositiva</i>	287
8.4	<i>Fase controladora ou integrativa</i>	287
8.5	<i>Fase de comunicação</i>	287
9.	<i>Espécies de processo</i>	287
9.1	<i>Processos internos</i>	288
9.2	<i>Processos externos</i>	288
9.3	<i>Processos restritivos ou ablatórios</i>	288
9.4	<i>Processos ampliativos</i>	288

Capítulo VIII – ATOS ADMINISTRATIVOS

1.	<i>Atos da Administração</i>	289
2.	<i>Ato administrativo</i>	
2.1	<i>Considerações gerais</i>	290
2.2	<i>Conceito</i>	291
2.3	<i>Características</i>	292
2.4	<i>O silêncio no direito administrativo</i>	293
2.5	<i>Planos de análise do ato administrativo</i>	294
2.6	<i>Requisitos do ato administrativo</i>	295

2.6.1	<i>Requisitos externos:</i> 2.6.1.1 Sujeito, 296; 2.6.1.2 Objeto, 297; 2.6.1.3 Pertinência à função administrativa, 298; 2.6.1.4 Motivo, 298: (A) Motivo do ato e motivo legal, 298; (B) Motivo e móvel, 300; (C) Motivo e motivação, 301; 2.6.1.5 Finalidade (pressuposto teleológico), 302:(A) Teoria do desvio de poder, 303	
2.6.2	<i>Requisitos internos:</i> 2.6.2.1 Conteúdo, 304; 2.6.2.2 Forma, 304; 2.6.2.3 Formalização (pressuposto formalístico), 305; 2.6.2.4 Causa, 305	
2.7	<i>Atributos dos atos administrativos</i>	307
2.7.1	<i>Presunção de legitimidade</i>	307
2.7.2	<i>Presunção de veracidade</i>	308
2.7.3	<i>Imperatividade</i>	309
2.7.4	<i>Exigibilidade</i>	309
2.7.5	<i>Autoexecutoriedade</i>	310
2.7.6	<i>A tipicidade</i>	311
2.8	<i>Classificação dos atos administrativos</i>	311
2.8.1	<i>Quanto à natureza da atividade</i>	311
2.8.2	<i>Quanto à estrutura do ato</i>	314
2.8.3	<i>Quanto aos destinatários do ato</i>	314
2.8.4	<i>Quanto aos efeitos do ato</i>	315
2.8.5	<i>Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados</i>	315
2.8.6	<i>Quanto à situação de terceiros</i>	316
2.8.7	<i>Quanto à composição da vontade produtora do ato</i>	316
2.8.8	<i>Quanto à natureza das situações jurídicas que cria</i>	317
2.8.9	<i>Quanto à posição jurídica da Administração</i>	318
2.8.10	<i>Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática</i>	319
2.8.11	<i>Quanto à função da vontade administrativa</i>	321
2.9	<i>Atos Administrativos in specie</i>	321

- 2.9.1 *Em função do conteúdo*: 2.9.1.1 Admissão, 321; 2.9.1.2 Concessão, 322; 2.9.1.3 Permissão, 323; 2.9.1.4 Autorização, 324; 2.9.1.5 Aprovação, 324; 2.9.1.6 Dispensa, 325; 2.9.1.7 Ordem, 325; 2.9.1.8 Renúncia, 326; 2.9.1.9 Licença, 326; 2.9.1.10 Homologação, 326; 2.9.1.11 Recusa, 327; 2.9.1.12 Decisão, 327; 2.9.1.13 Habilitação, 327; 2.9.1.14 Visto, 328
- 2.9.2 *Formas de manifestação dos atos*: 2.9.2.1 Decreto, 329; 2.9.2.2 Portaria, 329; 2.9.2.3 Alvará, 330; 2.9.2.4 Instrução, 330; 2.9.2.5 Circular, 330; 2.9.2.6 Ordem de serviço, 330; 2.9.2.7 Resolução, 331; 2.9.2.8 Parecer, 331; 2.9.2.9 Ofício, 332
- 2.10 *Extinção dos atos administrativos* 332
- 2.10.1 *Revogação*: 2.10.1.1 Conceito, 333; 2.10.1.2 Sujeito da revogação, 334; 2.10.1.3 Objeto da revogação, 334; 2.10.1.4 Fundamento da revogação, 334; 2.10.1.5 Motivos da revogação, 335; 2.10.1.6 Efeitos da revogação, 335; 2.10.1.7 Natureza do ato revogador, 336; 2.10.1.8 Limites ao poder de revogar, 336; 2.10.1.9 Revogação e indenização, 337
- 2.10.2 *Invalidade dos atos administrativos*: 2.10.2.1 Conceito, 337; 2.10.2.2 Sujeitos ativos, 338; 2.10.2.3 Objeto da invalidação, 338; 2.10.2.4 Fundamento da invalidação, 338; 2.10.2.5 Motivo da invalidação, 338; 2.10.2.6 Efeitos da invalidação, 339
- 2.10.3 *Classificação da invalidade*, 339: 2.10.3.1 Atos irregulares, 339; 2.10.3.2 Atos anuláveis, 340: (A) Limites da convalidação, 341; (B) Espécies de convalidação, 341; 2.10.3.3 Atos nulos, 343; 2.10.3.4 Atos inexistentes, 343; 2.10.3.5 Decaimento, 344

Capítulo IX – LICITAÇÃO

1. *Considerações gerais* 346
2. *Objetivos da licitação* 347
3. *Natureza jurídica da licitação* 347

4. Conceito	349
5. Atos que demandam licitação	349
6. Legislação sobre licitação	350
7. Competência para legislar sobre licitação	350
8. Os princípios da licitação	352
8.1 Princípio da legalidade	352
8.2 Princípio da impessoalidade	353
8.3 Princípio da igualdade	353
8.4 Princípio da publicidade	354
8.5 Princípio da moralidade	354
8.6 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	356
8.7 Princípio do julgamento objetivo	356
8.8 Princípio da adjudicação compulsória ao vencedor	357
9. Obrigados a licitar	357
10. Obrigatoriedade de licitação	358
11. A dispensa e a inexigibilidade de licitação	
11.1 Casos de dispensa de licitação	358
11.2 Casos de inexigibilidade de licitação	359
12. Modalidades da licitação	360
12.1 Concurso	360
12.2 Leilão	361
12.3 Concorrência	365
12.4 Tomada de preços	366
12.5 Convite	367
12.6 Registro de preços	369
12.7 Pregão	370
12.7.1 Fases	372
12.7.2 Pregão eletrônico	374
13. Procedimento licitatório	374
13.1 Fase interna da licitação	374
13.1.1 Vedações nas licitações	377
13.1.2 Comissão de licitação	378

13.2 Fase externa da licitação	382
13.2.1 Fase externa da licitação na modalidade concor- rência , 383: <i>13.2.1.1</i> Edital (A) Conceito, 383; (B) Estrutura do edital, 386; (<i>B.1</i>) Preâmbulo do edital, 386; (<i>B.2</i>) Corpo do edital, 387; (<i>B.3</i>) Fecho do edital, 388; (C) Original do edital, 388; (D) Fun- ções do edital, 388; (E) Natureza jurídica do edital, 388; (F) Controle do edital, 389; (G) Vícios do edi- tal, 390; <i>13.2.1.2</i> Habilitação, 391: (A) Habilitação jurídica, 393; (B) Regularidade fiscal, 394; (C) Re- gularidade técnica, 396; (D) Qualificação econômi- co-financeira, 397; (E) Registro cadastral, 398; (F) Efeito jurídico da habilitação, 399; (G) Vícios da habilitação, 401; <i>13.2.1.3</i> Julgamento ou classifica- ção, 401: (A) Critérios de julgamento, 403: (A.1) Licitação de menor preço, 404; (A.2) Licitações técnicas, 404; (B) Vícios da classificação, 407; (C) Efeito jurídico da classificação, 407; <i>13.2.1.4</i> Ho- mologação, 407; <i>13.2.1.5</i> Adjudicação, 409	
14. Revogação da licitação	410
<i>14.1</i> Efeitos da revogação	411
15. Anulação da licitação	413
<i>15.1</i> Efeitos da anulação	413
16. Desistência da licitação	414
17. Recursos administrativos para reexame interno da licitação	414
18. Leis especiais de licitação	
<i>18.1</i> Licitação em publicidade	417
18.1.1 <i>Objeto</i> , 417; 18.1.2 <i>Do procedimento licitatório</i> , 419; <i>18.1.2.1</i> Das comissões: (A) Da comissão permanente ou especial, 419; (B) Da subcomissão técnica, 419; <i>18.1.2.2</i> Da fase externa: (A) Instru- mento convocatório, 421; (B) Do julgamento: (<i>B.1</i>) Do julgamento das propostas técnicas, 423; (<i>B.2</i>) Do julgamento dos preços propostos, 424; (<i>B.3</i>) Da habilitação, 424	

<i>18.2 Regime Diferenciado de Contratações Públicas/RDC</i>	425
18.2.1 <i>Das regras aplicáveis às licitações no âmbito do RDC: 18.2.1.1 Da comissão de licitação, 427; 18.2.1.2 Da dispensa e inexigibilidade de licitação, 427; 18.2.1.3 Das condições específicas para a participação nas licitações e para a contratação no RDC, 428; 18.2.1.4 Do objeto da licitação, 429; 18.2.1.5 Dos procedimentos auxiliares das licitações no âmbito do RDC, 430; 18.2.1.6 Do procedimento licitatório, 432</i>	

Capítulo X – DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

<i>1. Considerações gerais</i>	438
<i>2. Contratos da Administração</i>	439
<i>3. Do contrato administrativo</i>	
3.1 <i>Conceito</i>	440
3.2 <i>Cláusulas contratuais necessárias</i>	441
3.3 <i>Formalização dos contratos</i>	443
3.4 <i>Publicidade</i>	445
3.5 <i>Prazos</i>	
3.5.1 <i>Prazo para assinatura do contrato</i>	446
3.5.2 <i>Prazo de vigência contratual</i>	447
3.5.3 <i>Prazo de recebimento do objeto</i>	449
3.6 <i>Prerrogativas da Administração</i>	451
3.6.1 <i>Natureza desses poderes</i>	451
3.6.2 <i>A alteração unilateral, 452: 3.6.2.1 Natureza jurídica, 453; 3.6.2.2 Objeto, 455; 3.6.2.3 Pressupostos habilitantes do exercício de modificação unilateral do contrato administrativo, 455</i>	
3.6.3 <i>A rescisão unilateral</i>	458
3.6.4 <i>Restrições ao uso da exceptio non adimpleti contractus</i>	460
3.6.5 <i>Fiscalização</i>	460
3.6.6 <i>Aplicação de penalidades</i>	461

3.7 <i>Direitos do contratado</i>	463
3.7.1 <i>A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro</i> , 464: 3.7.1.1 Alterações unilaterais, 464; 3.7.1.2 Fato do príncipe, 465; 3.7.1.3 Fato da Administração, 467; 3.7.1.4 Teoria da imprevisão, 467; 3.7.1.5 Interferên- cias imprevistas, 469	
3.7.2 <i>Direito ao reajuste de preços</i>	470
3.7.3 <i>Direito à atualização monetária</i>	471
3.8 <i>Extinção do contrato</i>	471
3.8.1 <i>Extinção normal do contrato</i>	471
3.8.2 <i>Extinção anormal do contrato</i> , 472: 3.8.2.1 Extinção anormal do contrato por iniciativa da Administração por fato atribuído ao particular, 473; 3.8.2.2 Extinção anormal do contrato provocada pela Administração por fato estranho ao particular, relacionado à preser- vação do interesse público, 476; 3.8.2.3 Extinção anormal do contrato provocada pelo particular por fa- to imputável à Administração, 477; 3.8.2.4 Extinção anormal do contrato provocada por fato alheio tanto à Administração como ao particular, provocada por ca- so fortuito ou de força maior, 478; 3.8.2.5 Extinção do contrato por ilegalidade, 478	

PARTE IV – CONTEÚDO ESPECÍFICO DAS RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS

I – RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS DE ORDENAÇÃO

Capítulo XI – LIMITAÇÕES À LIBERDADE E À PROPRIEDADE: PODER DE POLÍCIA

1. <i>Introdução</i>	487
2. <i>Inadequação da expressão “poder de polícia”</i>	488

3. <i>Definição de “polícia administrativa”</i>	489
4. <i>Fundamento da polícia administrativa</i>	490
5. <i>Essência do poder de polícia</i>	491
6. <i>Características da polícia administrativa</i>	491
7. <i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i>	491
8. <i>Atos que expressam a polícia administrativa</i>	492
9. <i>Discricionariedade do poder de polícia</i>	493
10. <i>Delegação de atos de polícia administrativa</i>	494
11. <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i>	495
12. <i>Cabimento das providências autoexecutórias</i>	496
13. <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i>	496
14. <i>Setores da polícia administrativa</i>	497
15. <i>Competência da atividade de polícia administrativa</i>	497

Capítulo XII – INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

1. <i>Considerações gerais</i>	498
2. <i>Sentido da expressão “ordem econômica”</i>	500
3. <i>Noção de “atividade econômica”</i>	503
4. <i>Princípios da ordem econômica</i>	507
4.1 <i>Valorização do trabalho</i>	507
4.2 <i>Livre iniciativa</i>	508
4.3 <i>Soberania nacional</i>	510
4.4 <i>Propriedade privada</i>	511
4.4.1 <i>Função social da propriedade</i>	512
4.5 <i>Livre concorrência</i>	514
4.6 <i>Defesa do consumidor</i>	515
4.7 <i>Defesa do meio ambiente</i>	521

II – RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS DE PROMOÇÃO

Capítulo XIII – SERVIÇO PÚBLICO: CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

1. Serviço público

1.1 Conceito	525
1.2 Regime jurídico do serviço público	527
1.3 Modelos de prestação dos serviços públicos no Brasil	529

2. Concessão de serviço público

2.1 Conceito	530
2.2 Evolução do instituto	533
2.3 Natureza jurídica	534
2.4 Forma e condições da outorga do serviço em concessão	536
2.5 Licitação das concessões	537
2.6 Contrato de concessão	539
2.7 Principais direitos e deveres das partes	542

2.7.1 Direitos e deveres do poder concedente, 542; 2.7.2
Direitos e deveres do concessionário: 2.7.2.1 Dos
deveres do concessionário, 547; 2.7.2.2 Dos direitos
do concessionário, 547: (A) Cobrança de tarifa, 548;
(B) Áleas ordinárias e extraordinárias, 549

2.8 Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos	550
2.8.1 Causas de extinção da concessão: 2.8.1.1 Advento do termo contratual, 550; 2.8.1.2 Encampação, 550; 2.8.1.3 Caducidade, 551; 2.8.1.4 Rescisão, 553; 2.8.1.5 Anulação, 553; 2.8.1.6 Falência, 554	
2.8.2 Efeitos jurídicos da extinção da concessão	554
2.8.2.1 Reversão	554

3. Parceria público-privada	
3.1 Definição	555
3.2 Diretrizes	556
3.3 Espécies	556
3.4 Da licitação	557
3.5 Dos contratos de parceria público-privada	558
3.6 Contraprestação da Administração	559
3.6.1 Prestação pecuniária	560
3.6.2 A cessão de créditos não tributários	561
3.6.3 A outorga de direitos em face da Administração Pública	561
3.6.4 A outorga de direitos sobre bens públicos dominicais	561
3.7 Garantias	562
3.8 Gestão da parceria público-privada	562
3.9 Análise crítica da parceria público-privada	563
4. Permissão de serviço público	572
5. Autorização de serviço público	577

Capítulo XIV – DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA DE FOMENTO

1. Conceito de “fomento”	579
2. Fundamento do fomento	580
3. Características do fomento	580
4. Espécies de fomento	581
5. Regime jurídico da atividade de fomento	583
6. Instrumentos jurídicos da atividade de fomento	
6.1 Subvenções e auxílios	585
6.2 Da outorga de títulos	587
6.3 Contrato de gestão	587

**Capítulo XV – INTERVENÇÃO DO ESTADO
NO DOMÍNIO SOCIAL**

1. Panorama	591
2. Configuração de direitos subjetivos sociais	594
3. Controle judicial de políticas públicas	597
3.1 O conceito de “política pública”	597
3.2 Possibilidade de controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário	598

**III – RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS
GRAVOSAS**

**Capítulo XVI – INFRAÇÕES
E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. Infração administrativa	
1.1 Considerações gerais	609
1.2 Conceito de “infração administrativa”	609
1.3 Pressupostos	611
1.4 Finalidade	613
1.5 Sujeito infrator e responsável subsidiário	613
1.5.1 O menor	613
1.5.2 A pessoa jurídica de direito público	613
1.5.3 Desconsideração da pessoa do infrator	614
1.5.4 Responsável	614
1.6 Excludentes da infração	614
1.7 Princípios aplicáveis à infração administrativa	614
1.7.1 Princípio da legalidade	615
1.7.2 Princípio da tipicidade	615
1.7.3 Princípio da anterioridade	617

1.7.4 Princípio da irretroatividade	617
1.7.5 Princípio da processualidade	617
1.7.6 Princípio do devido processo legal	618
2. Sanção administrativa	618
2.1 Conceito	618
2.2 Finalidade	619
2.3 Sujeito	620
2.4 Excludentes da sanção	620
2.5 Princípios aplicáveis à sanção administrativa	621
2.6 Sanção e providências cautelares	622
2.7 Espécies de sanções	625
2.8 Extinção das sanções	625

Capítulo XVII – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

1. Desapropriação

1.1 Conceito	627
1.2 Natureza jurídica	628
1.3 Espécies	630
1.4 Fundamentos	631
1.5 Pressupostos	632
1.6 Competência para legislar sobre desapropriação	633
1.7 Competência para desapropriar	633
1.8 Competência para promover a desapropriação	634
1.9 Ordem de preferência na desapropriação	635
1.10 Objeto da desapropriação	637
1.11 Beneficiários da desapropriação	638
1.11.1 Espécies de desapropriações que podem beneficiar terceiros	638
1.12 Fases do procedimento expropriatório	640

1.12.1	<i>Fase declaratória. A expedição de declaração de utilidade pública ou interesse social</i> , 641: 1.12.1.1 Conteúdo da declaração de utilidade pública, 642; 1.12.1.2 Efeitos da declaração de utilidade pública, 642; 1.12.1.3 Controle judicial da declaração de utilidade pública ou interesse social, 644	
1.12.2	<i>Segunda fase do procedimento expropriatório: fase executória</i> , 645: 1.12.2.1 Fase executória administrativa, 645; 1.12.2.2 Fase executória judicial. Ação de desapropriação, 646	
1.13	<i>A imissão provisória de posse</i>	
1.13.1	<i>Conceito</i>	648
1.13.2	<i>Pressuposto</i>	648
1.14	<i>A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogado</i>	
1.14.1	<i>Conceito de “justa indenização”</i>	650
1.14.2	<i>A correção monetária</i>	651
1.14.3	<i>Juros moratórios</i>	651
1.14.4	<i>Juros compensatórios</i>	652
1.14.5	<i>A cumulação de juros compensatórios e moratórios</i>	653
1.14.6	<i>Danos emergentes e honorários advocatícios</i>	654
1.15	<i>Momento em que se consuma a desapropriação</i>	654
1.16	<i>Destino do bem desapropriado</i>	655
1.16.1	<i>Retrocessão</i> , 655: 1.16.1.1 Natureza jurídica, 656; 1.16.1.2 Compostura do direito de preferência do expropriado, 658; 1.16.1.3 Prazo prescricional, 659	
1.17	<i>Desapropriação indireta</i>	659
2.	<i>Servidão administrativa</i>	
2.1	<i>Considerações gerais</i>	660
2.2	<i>Conceito</i>	660
2.3	<i>Natureza jurídica</i>	661
2.4	<i>Pressupostos</i>	661
2.5	<i>Constituição</i>	661

2.6 Efeitos	663
2.7 Indenização	663
2.8 Extinção	663
3. Requisição administrativa	
3.1 Histórico	664
3.2 Conceito	664
3.3 Espécies	665
3.4 Características	666
4. Ocupação temporária	
4.1 Conceito	666
4.2 Conteúdo	666
5. Tombamento	
5.1 Conceito	666
5.2 Natureza jurídica	667
5.3 Objeto	667
5.4 Espécies	668
5.5 Procedimento	668
5.6 Efeitos	669

PARTE V – RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS PATRIMONIAIS

Capítulo XVIII – BENS PÚBLICOS

1. Conceito de “bens”	673
2. Domínio público	673
2.1 Regime jurídico do domínio público	675
3. Bens públicos no ordenamento jurídico brasileiro	677
4. Classificação dos bens públicos	677
4.1 Bens de uso comum	682
4.2 Bens de uso especial	685
4.3 Bens dominicais	686

5. Regime jurídico dos bens públicos	688
5.1 Regime jurídico dos bens de uso comum do povo e dos bens de uso especial	689
5.1.1 Inalienabilidade	690
5.1.2 Imprescritibilidade	691
5.1.3 Impenhorabilidade	693
5.1.4 Impossibilidade de oneração	693
5.2 Regime jurídico dos bens dominicais	693
6. Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados	
6.1 Utilização dos bens de uso comum	699
6.2 Utilização dos bens de uso especial	700
6.3 Utilização dos bens dominicais	701
6.3.1 Locação	701
6.3.2 Concessão de direito real de uso	702
6.3.3 Concessão de uso	703
6.3.4 Concessão de uso especial para fins de moradia	704
6.3.5 Autorização de uso, 704: 6.3.5.1 Autorização de uso de área pública para fins comerciais, 705	
6.3.6 Permissão de uso	706
6.3.7 Cessão	707
6.3.8 Enfitese, 707: 6.3.8.1 O aforamento ou enfitese de bens públicos, 708	
6.3.9 Alienação, 711: 6.3.9.1 Venda, 711; 6.3.9.2 Doação, 712; 6.3.9.3 Permuta, 712; 6.3.9.4 Dação em pagamento, 712	

PARTE VI – CONTROLE DAS RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS

Capítulo XIX – O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Conceito de “controle”	715
--	-----

2. Classificação do controle	716
3. Controle administrativo	717
4. Controle externo	721
4.1 O controle legislativo	722
4.2 O controle judicial	727

PARTE VII – RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo XX – RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS

1. Teoria geral da responsabilidade civil	733
2. Conceito de “responsabilidade civil”	736
3. Pressupostos da responsabilidade civil	736
3.1 Fato antijurídico	736
3.2 Nexo de imputação	737
3.2.1 A atuação culposa, 737: 3.2.1.1 Dolo, 737; 3.2.1.2 Culpa, 737: (A) Prova da culpa, 738	
3.3 Do ato ilícito	739
3.3.1 Atos não considerados ilícitos	739
3.4 Imputação pelo risco	740
3.5 Dano	741
3.5.1 Dano moral	742
3.6 Nexo de causalidade	743
3.6.1 Prova do nexo de causalidade	744
3.6.2 Fatos excludentes da causalidade, 745: 3.6.2.1 Fato do lesado, fato da vítima, 745; 3.6.2.2 Fato de terceiro, 745; 3.6.2.3 Caso fortuito ou força maior, 745	
4. Responsabilidade extracontratual do Estado	
4.1 Introdução	745

4.2 Evolução da responsabilidade por atos administrativos	746
4.3 Fundamentos da responsabilidade do Estado	747
4.4 Sujeitos que comprometem o Estado	748
4.5 Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade	749
4.6 Dano indenizável	750
4.7 Excludentes da responsabilidade do Estado	751
4.8 Responsabilidade do Estado por atos praticados pelas organizações sociais	752
4.9 Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de leis e regulamentos	758
4.10 Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais	759

PARTE VIII – EXTINÇÃO DAS RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS

Capítulo XXI – DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

1. Considerações gerais	763
2. Da prescrição	
2.1 Conceito	765
2.2 Causas impeditivas, suspensivas ou interruptivas	765
2.3 Regras aplicáveis à prescrição	766
2.4 Prazos prescricionais	767
3. Da decadência	767
3.1 Prazos de decadência	768
4. Prescrição, decadência, preclusão e coisa julgada administrativa	768
5. Prescrição em outros ramos do Direito	769
6. Prescrição em direito administrativo	769
6.1 Prazos extintivos da pretensão do administrado para pleitear direito na via administrativa	770

<i>6.2 Da prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i>	<i>771</i>
<i>6.3 Prazos extintivos da Administração para tutelar direito ou interesse na via administrativa</i>	<i>773</i>
<i>6.4 Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i>	<i>774</i>
<i>Bibliografia</i>	<i>779</i>